



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONDRINA

Ata da 375ª Reunião Ordinária

19/11/2025

Aos dezenove dias do mês de novembro de dois mil e vinte e cinco, às 13 horas e 30 minutos, reuniu-se o Conselho Municipal de Saúde de Londrina para a realização de sua 375ª Reunião Ordinária, nas dependências da Câmara Municipal de Londrina, espaço cedido para a ocasião. Após a verificação do quórum regimental necessário para a instalação dos trabalhos, a **Presidente Vaine Pizolotto** declarou aberta a reunião, agradecendo à Casa Legislativa pela cessão do espaço físico. Inicialmente, a presidência submeteu à apreciação do plenário a pauta do dia. Pauta: **1 - Aprovação da Pauta e da Ata da 374ª Reunião Ordinária; 2 - Aprovação de Prestação de Contas (Maio a Agosto de 2025); 3 - Apresentação de Proposta de Oficina "Equidade, Diversidade e Interseccionalidade"; 4 - Apresentação da Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador (CIST); 5 - Eleição da Comissão Organizadora da 16ª Conferência Municipal de Saúde; 6 - Apresentação de dados atualizados sobre Arboviroses; 7 - Parecer sobre o Projeto de Lei nº 291/2025;** Não havendo manifestações contrárias ou solicitações de inclusão de novos pontos naquele momento, **a pauta foi aprovada por unanimidade, assim como a Ata da 374ª Reunião Ordinária, que foi aprovada sem ressalvas ou observações.** Visando a otimização do tempo e o cumprimento do horário limite de cessão do espaço, previsto para as 17h00, a Mesa Executiva propôs um acordo de condução dos trabalhos onde as inscrições para fala seriam realizadas e encerradas no primeiro bloco de discussão de cada ponto de pauta, evitando-se prolongamentos excessivos, proposta esta que foi aceita pelo plenário. O conselheiro **Edvaldo Viana**, do segmento Usuários, solicitou a palavra para registrar a presença no recinto da **Deputada Federal Lenir de Assis**. O conselheiro fez um agradecimento público à parlamentar, rememorando sua participação ativa nas conferências regionais de saúde anteriores e ressaltando a importância de seu apoio contínuo, mesmo diante das dificuldades logísticas de sua atuação em Brasília, convidando-a para compor a mesa. Convidada a fazer uso da palavra, a **Deputada Lenir de Assis** saudou a mesa e o plenário, destacando que o espaço do Conselho é extraordinário para o aprendizado e para a defesa da democracia. A deputada enfatizou que os conselhos de políticas públicas são essenciais para a preservação do estado democrático e, especificamente no caso da saúde, para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS). Ressaltou que a luta deve ser constante para garantir que o SUS seja robusto e conte com recursos orçamentários aprovados que assegurem o atendimento digno à população usuária. Mencionou ainda que, em sua atuação legislativa, depara-se

diariamente com projetos que vão na contramão dos princípios do SUS, reforçando a necessidade de vigilância tanto dos legisladores quanto do controle social, e colocou seu mandato e gabinete à disposição do Conselho para contribuir com as demandas da cidade, despedindo-se para cumprir agenda no município de Cornélio Procópio. **Dando início à Ordem do Dia, o ponto de pauta referente à Prestação de Contas do 2º Quadrimestre de 2025.** O conselheiro **Fernando** aproveitou o momento destinado a ajustes técnicos para prestar esclarecimentos sobre o processo de análise das contas. Informou aos demais que, ao final do documento de prestação de contas, encontra-se anexa a ata da reunião da Comissão de Orçamento e Finanças, documento que registra os questionamentos encaminhados pelos conselheiros à Secretaria e as respectivas respostas obtidas. Explicou ainda que, apesar de o relatório ser extenso e o prazo para análise curto, a comissão se empenha em realizar um exame detalhado de todo o conteúdo para formular os questionamentos, visando esclarecer ao plenário como ocorre o trâmite de avaliação. O servidor da Secretaria Municipal de Saúde, **Guilherme**, realizou a apresentação detalhada da prestação de contas referente ao 2º quadrimestre de 2025, justificando a ausência da diretora Sandra. Iniciou a explanação pelo quadro de receitas, informando que a arrecadação de impostos municipais até 31 de agosto incluiu 366 milhões de ITR, 130 milhões de IPTU, 78 milhões de Imposto de Renda Retido na Fonte, 78 milhões de ITBI e 326 milhões de ISS. Somando-se às transferências constitucionais, como a cota-parte do Fundo de Participação dos Municípios (106 milhões), ICMS (152 milhões) e IPVA (167 milhões), a arrecadação total realizada no período foi de 1,33 bilhão, frente a uma previsão anual de 2,24 bilhões. Passando à execução de despesas com recursos próprios por subfunção, **Guilherme** detalhou que a Atenção Básica teve 120 milhões em despesas empenhadas de uma dotação de 204 milhões; a Assistência Hospitalar e Ambulatorial (Média e Alta Complexidade) executou 142 milhões; e a Vigilância Epidemiológica empenhou 9,3 milhões. Fez um alerta específico sobre o Suporte Profilático e Terapêutico (aquisição de medicamentos), cuja dotação de 5,8 milhões foi praticamente exaurida (5,7 milhões executados), necessitando de reforço orçamentário até o fim do ano. Destacou que o índice de aplicação de recursos próprios em saúde atingiu 22%, confortavelmente acima do mínimo constitucional de 15% e alinhado à média histórica do município, que varia entre 23% e 25%. Quanto aos recursos vinculados, relatou que a União já transferiu 409 milhões dos 514 milhões previstos. Ressaltou o desempenho das receitas de serviços próprios (Maternidade e Centrolab), que arrecadaram 38 milhões, superando a previsão de 30 milhões devido à realização de mutirões de cirurgias, e das receitas financeiras, que alcançaram 18 milhões contra uma previsão de 6 milhões, impulsionadas pelas altas taxas de juros. Mencionou também a arrecadação de 2,5 milhões referente ao consórcio do SAMU com os municípios da 17ª Regional. Ao consolidar as despesas totais (recursos próprios e vinculados), informou que, de um orçamento atualizado de 1,2 bilhão, foram empenhados 766 milhões e efetivamente pagos 659 milhões. Finalizou apresentando os maiores pagamentos aos prestadores de serviço: Santa Casa (143 milhões), Hospital do Câncer (59 milhões), UEL (45 milhões), Hospital Evangélico (33 milhões), CISMEPAR (30 milhões), Da Vita (18 milhões) e Hoftalon (7,6

milhões), esclarecendo que o valor elevado da Santa Casa se deve ao repasse de uma ação judicial ganha contra a União, que transita pelo Fundo Municipal. Terminada a apresentação, o conselheiro **Edvaldo Viana** solicitou a palavra para registrar formalmente uma ressalva, expressando profunda preocupação com o pagamento de 30 milhões de reais ao CISMEPAR, destacando que este foi o único prestador de serviços que não teve seu contrato avaliado pela comissão, situação que persiste desde a pandemia. **Edvaldo Viana** solicitou que sua fala fosse consignada em ata para fins de proteção pessoal, temendo futuros questionamentos por órgãos de controle como o Ministério Público, e informou ter solicitado à presidência a oficialização da Secretaria e do Consórcio sobre a ausência dessa avaliação. O conselheiro **Fernando** complementou a fala, reiterando os apontamentos feitos pela Comissão de Orçamento e Finanças em seu relatório, destacando a falta de relatórios ou auditorias detalhadas dos contratos firmados com o CISMEPAR e a observação de que não houve priorização da Atenção Primária nos financiamentos estaduais e federais. Mencionou também a existência de pendências na análise de documentos de ofícios já respondidos pela Secretaria, mas ainda não avaliados pela comissão. O conselheiro **Hodney**, do segmento Trabalhador, fez uma solicitação de ordem prática, pedindo que nas próximas prestações de contas o material de apresentação seja enviado aos conselheiros com maior antecedência, visto que o volume de dados é extenso e o tempo exíguo para análise prévia dificulta o trabalho dos conselheiros que não compõem a comissão específica. O servidor **Guilherme** comprometeu-se a atender ao pedido. **Colocada em votação, a prestação de contas do 2º quadrimestre de 2025 foi aprovada pelo plenário, mantendo-se as ressalvas apontadas pela Comissão de Orçamento e Finanças e a declaração de voto do conselheiro Edvaldo Viana referente à ausência de avaliação do contrato do CISMEPAR.** Seguindo a pauta, a convidada **Michele Patrícia Amadeo**, representando o PET-Saúde/Equidade da Universidade Estadual de Londrina (UEL), **apresentou a proposta de oficina "Equidade, Diversidade e Interseccionalidade". A proposta consiste na realização de uma oficina voltada aos conselheiros municipais**, com carga horária total de 4 horas, certificada pela UEL, com o objetivo de qualificar os participantes sobre temas como identidade de gênero, etnia e deficiência, promovendo reflexão sobre como o serviço de saúde atende a essas populações. A oficina seria dividida em dois momentos: o primeiro focado em equidade e conflitos, e o segundo em diversidade e interseccionalidade, utilizando dinâmicas e jogos. O conselheiro **Laurito**, do segmento Usuários, interveio sugerindo que, para garantir maior adesão dos conselheiros, a oficina pudesse ser dividida em dois módulos de 2 horas cada, facilitando o encaixe nas agendas de trabalho. O conselheiro **Hodney** apoiou a iniciativa, ressaltando a facilidade trazida pelo PET-Saúde em flexibilizar datas. A conselheira **Nádia**, do segmento Trabalhadores, levantou a questão da modalidade, indagando se haveria possibilidade de realização em formato semipresencial ou online, argumentando que isso poderia aumentar a participação. A representante **Michele Patrícia Amadeo** informou que o formato atual é presencial, devido à natureza das dinâmicas propostas, mas que a modalidade EAD poderia ser pensada futuramente. O conselheiro

Edvaldo Viana posicionou-se contrariamente ao formato online, argumentando, com base em experiência prévia em curso semelhante na Zona Sul, que a vivência presencial é fundamental para o aproveitamento das dinâmicas sensoriais e de interação propostas. A **Secretaria Municipal de Saúde, Vivian**, contribuiu com a discussão, esclarecendo que o projeto segue uma formatação definida pelo Ministério da Saúde dentro de um programa de educação, o que limita certas alterações estruturais. Ela enfatizou a importância do letramento sobre as novas realidades sociais e de identidade para garantir o respeito e a equidade no tratamento de todas as pessoas dentro do SUS. A conselheira **Joelma** sugeriu que a Comissão de Comunicação e Educação Permanente do Conselho assumisse a responsabilidade de discutir os detalhes logísticos, como datas e divisão de carga horária, trazendo uma proposta finalizada na próxima reunião. **O plenário aprovou a parceria para a realização da oficina e ficou encaminhado que a Comissão de Educação Permanente se reunirá com os representantes do PET-Saúde para definir a logística, datas e local.** Na sequência, a conselheira **Sônia, do segmento Usuários/UGT, apresentou as atividades da Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador (CIST)**, explicando suas atribuições na promoção, proteção e recuperação da saúde no ambiente de trabalho. A conselheira **Sônia**, representando o segmento de usuários pela UGT, fez uso da palavra para detalhar as atribuições da Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador (CIST), explicando que o colegiado tem por finalidade promover ações de prevenção, proteção e recuperação da saúde no ambiente laboral, atuando de forma participativa, educativa e fiscalizadora para garantir condições dignas e seguras. Ressaltou que a atuação da comissão abrange todos os trabalhadores, sejam da zona urbana ou rural, incluindo autônomos, aposentados, desempregados e aqueles com vínculos públicos, privados ou temporários. A conselheira celebrou a recente aprovação do projeto do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST), destacando que essa conquista fortalecerá significativamente os trabalhos da comissão. Relatou também que a CIST recebeu visitas técnicas do Departamento Nacional de Auditorias do SUS (DENASUS) nos meses de maio e setembro, com a presença das auditoras Osmara Nogueira e Gracie Fanderi, para verificar o funcionamento e direcionamento da comissão. Por fim, submeteu à apreciação do plenário uma proposta de realização de um seminário, cujo planejamento vinha ocorrendo ao longo do ano, sugerindo sua execução para o mês de abril. O tema proposto foi "Notificações: uma determinante para condução digna e eficiente da saúde dos trabalhadores e trabalhadoras", justificado pela necessidade de combater a subnotificação e dar visibilidade aos diversos tipos de agravos e acidentes de trabalho, sejam eles físicos ou mentais. Em relação à data do evento, a conselheira **Sônia** informou que o seminário está previsto para o início de abril, situando-se possivelmente entre os dias 6 e 10. Esclareceu que a data específica ainda está em definição, com provável realização entre os dias 7 ou 8, visando garantir a ampla participação do público-alvo, composto por representantes dos trabalhadores, sindicatos e centrais sindicais. A **Presidente Vaine** ressaltou a pertinência do período em alusão ao movimento "Abril Verde". A conselheira **Sônia** corroborou, lembrando que o

dia 28 de abril marca o Dia Mundial e Nacional em Memória das Vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho. Por fim, a **Presidente Vânia declarou aprovada a proposta da CIST para a realização do seminário no próximo ano.** Após breve intervalo, a **Presidente Vaine** retomou os trabalhos **apresentando um organograma e o cronograma para as conferências de saúde.** Explicou que as conferências municipais, originalmente previstas para 2027, foram antecipadas para o período de janeiro a agosto de 2026, em virtude do calendário eleitoral daquele ano, que impede a realização de conferências no segundo semestre. **Foi apresentada e aprovada a proposta de calendário: as pré-conferências de segmentos e regionais ocorrerão de fevereiro a abril de 2026; a Conferência do Segmento Usuário em 16 de maio de 2026; e a Conferência Municipal de Saúde nos dias 17 e 18 de julho de 2026.**

Também foi aprovada a realização da Reunião Ordinária de Dezembro no dia 08/12, excepcionalmente uma segunda-feira, a ser realizada na sede do SAMU. Houve debate sobre a composição e atribuições da Comissão Organizadora, onde o conselheiro **Edvaldo Viana** esclareceu aos novos conselheiros que o trabalho da comissão é intenso e dividido entre os membros, sendo necessário acompanhar e validar as diversas pré-conferências locais, exigindo disponibilidade de deslocamento. Após suspensão temporária da sessão para reunião dos segmentos, a Comissão Organizadora foi eleita com a seguinte composição: pelo segmento Trabalhador, **Lincoln** e **Lázara**; pelo segmento Usuário, **Adriana, Laurito, Edvaldo Viana e Thaís**; **Vaine** como presidente, pelo segmento Prestador, **Adélcio**; e pelo segmento Gestor, **Rita** como titular e **Verônica** como suplente. A presidente Vaine questionou quem poderia atuar na comissão de ética e o conselheiro **Laurito** se disponibilizou. A diretora de Vigilância em Saúde, Fernanda, apresentou o boletim epidemiológico atualizado de arboviroses, reportando 25.530 notificações de dengue, com 4.911 casos confirmados, 19.858 descartados e 9 óbitos registrados, além de 18 notificações de Chikungunya com 3 casos confirmados, todos importados. A diretora reforçou o convite para a reunião do Comitê Ampliado de Dengue, a ser realizada na segunda-feira subsequente, às 09h00, na Associação Médica de Londrina, onde seriam apresentados os dados do LIRA e o plano de ação para o próximo período epidemiológico. O conselheiro **Geder**, do segmento dos trabalhadores, pede esclarecimentos a respeito das resoluções do conselho sobre a atual administração municipal. Ademais, parabeniza a campanha do novembro azul e a estratégia utilizada na atenção à saúde do homem. A conselheira **Lázara**, do segmento dos trabalhadores faz o convite sobre o 5º simpósio sobre o Hiv/Aids, no CCH-UEL, no dia 1 de dezembro. Outra questão levantada foi o desfalque atual da ComuniAIDS, principalmente a representação dos usuários no debate público. A conselheira **Nadia** manifestou seu descontentamento quanto à efetividade das análises realizadas pelo Conselho sobre os projetos de lei encaminhados. Relatou que, apesar do esforço das comissões em discutir profundamente os temas — citando como exemplo o projeto sobre internação involuntária —, muitas vezes o trabalho não resulta em efeitos práticos, com propostas inconstitucionais sendo aprovadas sem que o posicionamento do Conselho seja considerado, o que a leva a questionar a validade do processo e a

utilidade de sua participação nessas discussões. O conselheiro **Geder**, do segmento dos trabalhadores, defendeu que a atuação do Conselho deve ir além da deliberação interna, sendo fundamental a presença física dos conselheiros em audiências públicas para defenderem os pareceres aprovados, já que apenas o envio formal dos documentos muitas vezes não gera o convencimento necessário. Além disso, reiterou um pedido à Mesa Executiva para que a construção da pauta conte com momentos específicos para o debate aprofundado de políticas públicas e diretrizes — citando como exemplo as questões orçamentárias levantadas pelo conselheiro Fernando —, a fim de não sobrecarregar as comissões que atualmente enfrentam déficit de participação e dificuldades operacionais. O conselheiro **Laurito**, do segmento de usuários, interveio para esclarecer a dinâmica de construção da pauta e o papel político do Conselho. Ressaltou que, embora o pleno seja soberano, o debate qualificado nasce nas comissões (citando Educação Permanente, CIST, ComuniAIDS e GT da População Negra), que devem aprofundar os temas antes de trazê-los à plenária, evitando que a discussão fique restrita à Mesa Executiva, o que empobreceria o debate. Exemplificou a necessidade de trazer discussões estruturais para o Conselho, como a Reforma Tributária, alertando para o processo de desmonte do Estado de bem-estar social via asfixia orçamentária. Destacou ainda que o movimento político deve ultrapassar as reuniões internas ("movimento para fora"), informando que a Mesa já solicitou reunião com a Comissão de Seguridade Social da Câmara para estabelecer interlocução com os vereadores, citando como exemplo prático a questão da Odontologia e a falta de recursos para especialistas devido a entraves no Plano de Cargos e Salários. Defendeu veementemente que o Conselho não pode se omitir de emitir pareceres sobre projetos de lei, pois a omissão enfraquece a legitimidade do órgão perante a sociedade e o Legislativo, relembrando conflitos de legitimidade ocorridos em 2020/2021. Por fim, enfatizou que o Conselho vive um momento de "reconstrução do espaço democrático", inclusive com a verificação da regularidade das entidades, e convocou todas as comissões a assumirem suas responsabilidades para não sobrecarregar a Mesa Executiva. A **Presidente Vaine** esclareceu ao plenário que a Mesa Executiva está realizando um levantamento detalhado de todos os ofícios e projetos encaminhados nos últimos quatro anos pelas gestões anteriores. O objetivo é realizar um diagnóstico do que foi resolvido e do que permanece pendente, a fim de garantir uma transição organizada para a próxima gestão e para os novos conselheiros, entregando um relatório claro sobre o que foi encaminhado e o que ainda necessita de cobrança e execução, ação esta que já está sendo articulada junto à Secretaria. A Mesa Executiva incluiu na pauta, com aprovação do plenário, a apreciação do parecer referente ao Projeto de Lei nº 291/2025, de autoria do vereador Marcelo Ogido, que dispõe sobre a validade indeterminada do laudo médico pericial para Diabetes Mellitus Tipo 1. **A Presidente Vaine procedeu à leitura do parecer elaborado pela mesa, que manifestou-se desfavoravelmente ao projeto**, fundamentando-se na constitucionalidade formal, pois o município não possui competência para legislar sobre validade de documentos médicos para todos os efeitos legais, invadindo competência privativa da União, e na segurança jurídica, visto que já existe em vigor a Lei Estadual nº

22.693/2025 que garante a validade indeterminada do laudo de DM1 em todo o Paraná. Durante a discussão, o conselheiro **Edvaldo Viana** questionou a mesa sobre a eficácia prática do parecer do Conselho caso a Câmara de Vereadores aprovasse o projeto por decisão da maioria política, ao que a presidente esclareceu que restaria ao Conselho ingressar com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, embora o órgão não disponha de corpo jurídico ou recursos próprios para tal. A conselheira **Joelma** defendeu a importância institucional do parecer, argumentando que é dever do Conselho Municipal de Saúde analisar tecnicamente e emitir seu posicionamento sobre qualquer matéria relacionada à saúde, independentemente do desfecho político. **O plenário aprovou o parecer desfavorável ao Projeto de Lei nº 291/2025.** No momento destinado aos informes, o conselheiro **Fernando** convidou para a mesa redonda alusiva ao Dia Nacional da Humanização, a ocorrer no dia 28/11, no Hospital Zona Norte. A conselheira **Sirlete** divulgou a palestra "Do Luto à Luta", com Cloara Pinheiro. O conselheiro **Laurito**, em nome do GT da População Negra, leu um manifesto alusivo ao dia 20 de novembro, abordando o racismo estrutural, a dominação colonial e a intolerância religiosa, reafirmando a data como um instrumento político de memória e resistência. O senhor **Gildo** fez uso da palavra para compartilhar sua experiência de 42 anos vivendo com HIV, defendendo o uso da fitoterapia e denunciando a dificuldade de acesso a médicos para novos diagnósticos em Londrina. Por fim, a conselheira **Joelma** solicitou à mesa que fosse realizado um levantamento das vacâncias em todas as comissões internas do Conselho para recompor os quadros. Nada mais havendo a tratar, a **Presidente Vaine** declarou encerrada a reunião às 16h27. Esta ata foi digitada pelo servidor Pedro Picoloto, revisada pela secretária Sandra Bavia e será assinada pela presidência do CMS após aprovação em plenário.

Estiveram presentes os seguintes conselheiros:

Nº	Segmento		Tipo	Entidade	Nome	Situação
1	Gestor		Titular	Secretaria Municipal de Saúde de Londrina	Vivian Biazon El Reda Feijó	Presente
2	Gestor		Suplente	Secretaria Municipal de Saúde de Londrina	Rita de Cássia Domansky	Justificou
3	Gestor		Titular	17ª Regional de Saúde	Maria Lúcia da Silva Lopes	Justificou

Nº	Segmento		Tipo	Entidade	Nome	Situação
4	Gestor		Suplente	17ª Regional de Saúde	Joelma Aparecida de Souza Carvalho	Presente
5	Prestador		Titular	Hospital Evangélico de Londrina	Rúbia Isaltina Gomes de Souza dos Santos	Presente
6	Prestador		Suplente	Hoftalon - Centro de Estudos e Pesquisa da Visão	Henrique Bacaroglo	Ausente
7	Prestador		Titular	Hospital do Câncer de Londrina	Manoela Germinari Pessoa	Ausente
8	Prestador		Suplente	Hospital do Câncer de Londrina	Leidiane dos Santos Mian	Ausente
9	Prestador		Titular	Hospital Vida	Adelson Pereira dos Santos Júnior	Presente
10	Prestador		Suplente	Irmandade Santa Casa de Londrina	Ana Paula Cantelmo Luz	Justificou
11	Prestador		Titular	Hospital Universitário Regional do Norte do Paraná	Iara Aparecida de Oliveira Secco	Ausente
12	Prestador		Suplente	Hospital Universitário Regional do Norte do Paraná	Alexandro Oliveira Dias	Ausente

Nº	Segmento		Tipo	Entidade	Nome	Situação
13	Prestador		Titular	Hospital da Zona Norte	Reilly Aranda Lopes	Justificou
14	Prestador		Suplente	Hospital da Zona Sul	Geraldo Júnior Guilherme	Ausene
15	Trabalhador		Titular	Sindserv	Pilar Nadir Alvarez Soldório	Justificou
16	Trabalhador		Suplente	Sindserv	Marco Antônio Modesto	Presente
17	Trabalhador		Titular	Sindprevs	Lincoln Ramos e Silva	Justificou
18	Trabalhador		Suplente	Sindprevs	Luis Alfredo Gonçalves	Presente
19	Trabalhador		Titular	Sindsaúde	Hodnei Machado	Presente
20	Trabalhador		Suplente	Sindsaúde	Gilson Luiz Pereira Filho	Justificou
21	Trabalhador		Titular	Conselho Regional de Fisioterapia	Fernando Cesar Marcucci	Presente
22	Trabalhador		Suplente	Conselho Regional de Farmácia	Ester Massae Dalla Costa	Justificou
23	Trabalhador		Titular	Conselho Regional de Psicologia	Nadya Christiane Silveira Pellizari	Presente
24	Trabalhador		Suplente	Conselho Regional de Psicologia	Fansley Cristina Silva	Ausente

Nº	Segmento	Tipo	Entidade	Nome	Situação
25	Trabalhador	Titular	CRESS	Cristiane de Godoy Zimmer	Presente
26	Trabalhador	Suplente	CRESS	Diovania Garcia	Ausente
27	Trabalhador	Titular	Conselho Regional de Educação Física	Geder Harami Harami	Presente
28	Trabalhador	Suplente	Conselho Regional de Odontologia	Lázara Regina de Resende	Presente
29	Usuário	Titular	CONLESTE	Edvaldo Viana	Presente
30	Usuário	Suplente	CONLESTE	Marcos Butarello	Justificou
31	Usuário	Titular	FECAMPAR	Vaine Teresinha Pizollotto Marques	Presente
32	Usuário	Suplente	FECAMPAR	Ana Paula Nunes Viotto	Ausente
33	Usuário	Titular	Pastoral da Saúde	Marcia Barbosa Mendes	Justificou
34	Usuário	Suplente	Pastoral da Saúde	Antônio Giufrida	Presente
35	Usuário	Titular	AUETO	Thais Helena Oliveira	Presente
36	Usuário	Suplente	AUETO	sem indicação	

Nº	Segmento	Tipo	Entidade	Nome	Situação
37	Usuário	Titular	ASSEMPA	Rosalina Batista	Ausent
38	Usuário	Suplente	ASSEMPA	Márcia Teresinha de Paula	Presente
39	Usuário	Titular	CONSASLON	Adriane Aparecida Loper	Presente
40	Usuário	Suplente	CONSASLON	Gislaine Dias Elias	Ausente
41	Usuário	Titular	APP Sindicato	Bruno Garcia	Ausente
42	Usuário	Suplente	APP Sindicato	Luciana Toshie Sumiwaga	Justificou
43	Usuário	Titular	ASSUEL	Adriana Gonçalves de Oliveira	Ausente
44	Usuário	Suplente	ASSUEL	Alexandre Casanatto	Ausente
45	Usuário	Titular	Central Única dos Trabalhadores	Eunice Tieko Miyamoto	Justificou
46	Usuário	Suplente	Central Única dos Trabalhadores	Carlos Choji Kotinda	Presente
47	Usuário	Titular	SEEB	Laurito Porto de Lira Filho	Presente
48	Usuário	Suplente	SEEB	Regina Ferreira de Souza	Ausente

Nº	Segmento		Tipo	Entidade	Nome	Situação
49	Usuário		Titular	SINDNAPI	Manoel Rodrigues do Amaral	Presente
50	Usuário		Suplente	SINDNAPI	Edgard de Lima	Presente
51	Usuário		Titular	UNIMOL	Ângelo Barrei	Justificou
52	Usuário		Suplente	UNIMOL	Custódio Rodrigues do Amaral	Justificou
53	Usuário		Titular	AMICAS	Rita de Cássia Barbosa	Ausente
54	Usuário		Suplente	AMICAS	Cirlete Marcondes Oliveira Peligrinelli	Presente
55	Usuário		Titular	UGT	Sônia de Oliveira Silva	Presente
56	Usuário		Suplente	UGT	Maria Ângela Magro	Ausente

Vaine Teresinha Pizolotto Marques

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Londrina



Documento assinado eletronicamente por **Vaine Teresinha Pizolotto Marques, Presidente do Conselho Municipal de Saúde**, em 13/02/2026, às 12:08, conforme horário oficial de Brasília, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2 de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 1.525 de 15/12/2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
[http://sei.londrina.pr.gov.br/sei/controlador_externo.php?
acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.londrina.pr.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código
verificador **17229479** e o código CRC **FFF5FB8A**.

Referência: Processo nº 60.037885/2025-54

SEI nº 17229479